



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

***Mujeres libres* e a emancipação feminina: apontamentos sobre anarquismo, revolução e feminismo libertário na Espanha dos anos trinta**

Talita Sobrinho da Silva¹

Resumo: Este artigo analisa as *Mujeres Libres*, uma organização de mulheres trabalhadoras anarquistas que teve a totalidade da sua atuação no contexto da Guerra civil espanhola e a revolução espanhola (1936-1939). O artigo se propõe a acompanhar o surgimento do movimento anarquista na Espanha, e sua adesão entre os trabalhadores rurais e industriais. Assim destacamos como se dá a presença feminina dentro do espaço libertário e de que forma ocorre a sua aglomeração de força até os anos trinta que dá origem a organização *Mujeres Libres*. O foco dessa pesquisa é observar o *feminino* dentro da Revolução e discutir o lugar ocupado pelas milicianas das *Mujeres Libre*, destacando a emancipação feminina que foi experimentada nos primeiros meses da revolução. *Mujeres Libres* participou ativamente na defesa de um projeto político revolucionário e de emancipação social e sexual pegando em armas e reivindicando seu lugar na luta, desafiando o patriarcado, o capitalismo e o fascismo.

Palavras-Chave: Emancipação Feminina - Revolução Espanhola - Anarquismo

Abstract: This article analyzes the *Mujeres Libres*, an organization of women anarchist workers that had its totality in the context of the Spanish Civil War and the Spanish Revolution (1936-1939). The article proposes to follow the emergence of the anarchist movement in Spain, and its adhesion between rural and industrial workers. Thus, we highlight how the female presence occurs within the libertarian space and in what form its agglomeration of force occurs until the thirties that gives rise to the organization *Mujeres Libres*. The focus of this research is to observe the feminine within the Revolution and to discuss the place occupied by the militants of the *Mujeres Libres*, highlighting the feminine emancipation that was tried in the first months of the revolution. *Mujeres Libres* participated actively in the defense of a revolutionary political project and of social and sexual emancipation taking arms and claiming its place in the struggle, defying patriarchy, capitalism and fascism.

Key-words: Feminine Emancipation - Spanish Revolution - Anarchism.

Introdução

Para iniciarmos o debate sobre o Anarquismo espanhol e *Mujeres Libres* trouxemos três autores que contribuem para uma contextualização histórica e política sobre a Guerra civil espanhola e a Revolução espanhola, já que ambos os eventos não podem ser dissociados da sua relação com a história dos dois movimentos supracitados.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: talitasobrinho.s@gmail.com.

A primeira autora, Helen Graham (2013, p. 11), em seu livro “*Guerra civil espanhola*” defende que a Guerra civil espanhola começou com um golpe militar. Já havia uma longa história de intervenções militares na vida política da Espanha, mas o golpe de 17-18 de julho de 1936 foi um velho recurso aplicado a um novo objetivo: deter a democracia política de massas iniciada sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, e acelerada pelas subseqüentes mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas nas décadas de 20 e 30. Para a autora,

O levante militar contra a ordem democrática da Segunda República da Espanha pode ser visto como equivalente aos golpes de Estado fascistas que se seguiram à ascensão ao poder de Mussolini na Itália (1922) e de Hitler na Alemanha (1933), igualmente destinados a estancar processos semelhantes de mudança social, política e cultural. (GRAHAM, 2013, p. 11)

Já para o autor Francisco J. Romero Salvadó (2008, p. 7), em seu livro “*A Guerra civil espanhola*” foi um conflito local, uma tentativa brutal de resolver, por meios militares, um grande número de questões sociais e políticas que dividiram os espanhóis por várias gerações. Assim, o autor afirma,

Em 1936, a Espanha era um microcosmo que sintetizava a ferocidade, o radicalismo e a polarização de uma era. [...] Os milhões de voluntários que lutaram pela República, a Espanha representava a “última grande causa” – a resistência final contra as forças aparentemente invencíveis do fascismo e da reação política que arrebatou o continente nos anos entre guerras (SALVADÓ, 2008, p. 7-8).

Salvadó (2008, p. 8) ainda afirma que temas como reforma agrária, centralismo versus autonomia regional e papel da Igreja Católica e das Forças Armadas em uma sociedade moderna atingiram um ponto crítico com a tentativa de golpe militar, em julho de 1936, que precipitou a Guerra Civil. Os nacionalistas triunfantes garantiram a duração desse clima de ódio e divisão por 40 anos. Todas as grandes potências intervieram e determinaram, em grande medida, o curso e o resultado do conflito.

Sobre a questão da Revolução espanhola, George Esenwein (1996) contribuiu analisando o “Sindicalismo de massa e Anarquismo na Espanha do século XX” refletindo em seu texto sobre as profundas raízes do anarquismo na Espanha e sua influência na classe operária.

A sublevação militar espanhola, de junho de 1936, desencadeou uma revolução popular de massa que se expandiu, de forma espontânea, a largos setores do país. Durante a sua fase inicial, ela se distinguiu de todas as outras revoluções do século XX, não somente por sua amplitude, mas também pela extensão das transformações que ela produziu na topografia econômica e política da zona republicana. À medida que a revolução se desenvolvia nas cidades e no campo ficou cada vez mais claro que, apesar de ser sustentada pelo entusiasmo popular, ela estava essencialmente animada e dirigida pelos anarco-sindicalistas representados pela confederação Nacional do Trabalho (CNT) e pela Federação Anarquista Ibérica (FAI) (ESENWEIN, 1996, p. 59)

Sendo assim, esses dois eventos paralelos de grande importância para a sociedade espanhola, se relacionam com a história do anarquismo espanhol e com a agrupação *Mujeres Libres*, no qual a contribuição anarquista na defesa das cidades e regiões foi imprescindível nos primeiros dias de resistência ao levante militar. E foi em meio a Revolução espanhola que as mulheres anarquistas lutaram por maior participação feminina no cenário político e social, experimentando a emancipação das mesmas.

Guerra civil e revolução espanhola

A organização de *Mujeres Libres* teve a maior parte da sua militância e atividades guiada pelas especificidades da Guerra Civil. Esta desencadeada após uma tentativa de um golpe cirúrgico planejada por militares na qual não teve o total êxito que esperavam, mesmo diante da hesitação da República que paralisada pouco interviu para para-los. Os militares rebeldes contavam com o apoio da maior parte do oficialato do Exército regular, assim restou aos republicanos combater com tropas mal equipadas e sem nenhum treino ou experiência em ações militares e sem comando adequado. Além disso, os moderados do governo opunham-se a armar o povo. O governo recusou-se a sair da constituição legal do estado, conforme destaca Fernández:

Quando a notícia do levante começou a ser veiculada pelas rádios e jornais no continente, as organizações da esquerda exigiram armas ao governo para poder resistir, caso a insurreição se espalhasse pelo resto da Espanha. Mas o governo, acuado por ambos os lados, tentou os meios constitucionais possíveis para pôr fim à rebelião: era evidente que o governo burguês moderado temia mais o povo do que os militares rebeldes e achava, erroneamente, que poderia comprar sua lealdade com cargos ministeriais (FERNÁNDEZ, 2003, p.123).

Contudo, o levante militar foi detido nas cidades e regiões em que os movimentos socialistas e anarquistas mais tinham forças. Foram os trabalhadores os principais responsáveis por defender e frear o avanço dos militares rebeldes. O envolvimento deles foi imprescindível para frustrar a insurreição rebelde em algumas cidades, eles passaram a assaltar os quartéis para a defesa popular, e a partir das forças sindicais da CNT e Unión General de Trabajadores (UGT) formaram seus comitês de defesa local. Porém nem todas as regiões tiveram tempo em se organizar e frear as ações dos conspiradores. Após os primeiros dias ficou claro que este não tinha ainda vencido, mas que também não tinha sido derrotado imediatamente, o que desencadeou a Guerra Civil. O conflito por conseguinte desencadeou a almejada Revolução Comunista Libertária e as organizações libertárias ressaltavam aos trabalhadores e filiados que na luta contra os militares franquistas, os anarquistas lutavam pela revolução social e não em defesa da República. Sendo assim, durante os três anos da Guerra

Civil, as *Mujeres Libres* avançaram em sua experiência como nenhum outro movimento feminista até então, conforme as palavras da historiadora Margareth Rago

[...] as questões sociais se aliaram às lutas pela libertação feminina e, nesse sentido, elas procuraram promover novos modos de constituição de si, capazes de subverter os códigos burgueses de definição das mulheres como esposas, mães, exclusivas do lar, ou como seu avesso. Mas não de uma maneira apenas negativa, isto é, como formas de reação ao poder, já que essas lutadoras implementaram muitas iniciativas pioneiras, como a criação de cursos de capacitação das operárias, nos quais desejavam “despertar a consciência feminina para as idéias *Libertarias*”, como afirmavam; cursos de alfabetização e profissionalizantes, visando criar novas formas de inserção social para as mulheres pobres; centros de assistência médica e de educação sexual; creches; *liberatórios de la prostitución*, isto é, casas destinadas às que desejassem sair da prostituição. (RAGO, 2005, p.138)

O colapso do Estado com a sublevação militar abriu um vácuo no poder que logo foi preenchido pelas centrais sindicais junto a população, foram eles que defenderam as cidades e regiões contra as ações fascistas. Diante dessa oportunidade os anarquistas impulsionaram o desenvolvimento de um processo revolucionário para a construção de uma sociedade comunista libertária. Dessa forma a Revolução Espanhola pelas mãos dos trabalhadores, que almejavam-na há tempos, foi inevitável.

A Guerra civil espanhola foi um palco fértil para mudanças e experimentos revolucionários. Por toda à Espanha Republicana as forças estatais estavam sendo substituídas por poderes paralelos alternativos e autônomos locais que eram coordenados por comitês revolucionários ou comitês de milícias, que representavam a estabilidade política dessa comunidade (BEEVOR, 1989, p. 113-114). Estes comitês, que atuavam por iniciativa própria, foram responsáveis por organizar tudo o que o governo e as autoridades locais eram encarregadas anteriormente, assim abrindo espaço para as ações de autogestão popular e coletivização das fabricas e das terras.

O anarquismo espanhol

O processo histórico e político da Guerra civil espanhola e a Revolução espanhola destaca-se pela força e resistência que o movimento anarquista libertário alcançou na Espanha. O anarquismo brotou junto com os ideais federalistas, se fixando entre os intelectuais e a massa de trabalhadores industriais e rurais.

Durante setenta anos, entre os anos de 1868 e 1938, o Anarquismo se desenvolveu especialmente nas cidades com um contingente urbano industrial significativo, como Barcelona e Madri, porém também rendeu frutos na região de Andaluzia, com o movimento camponês. Esse movimento libertário englobou na luta operários e camponeses em um

movimento de massas, que obteve um estágio nunca antes alcançado pelo anarquismo, e também foi na Espanha que teve sua “quase-morte” após a vitória do Franquismo. Segundo James Joll (1977, p. 266), ainda permanece em aberto o motivo pelo qual o anarquismo se tornou, de modo tão significativo, um movimento de massas na Espanha. Pergunta esta que ainda ronda os historiadores e os deixa apenas com suposições: teria um diferencial o trabalhador espanhol? Seria pelo temperamento do espanhol, sempre aberto a doutrinas extremistas? Uma população que esteve durante anos refém do fanatismo religioso estaria propenso ao extremismo de outra natureza? De qualquer forma, sendo essas razões ou nenhuma delas, é fato que o movimento libertário encontrou terreno fértil entre os espanhóis, crescendo no seio familiar e atingindo gerações de trabalhadores.

James Joll (1977, p. 266-267) ainda argumenta que o período de 1868-1874 foi um momento muito propício para a difusão de qualquer doutrina revolucionário, já que o contexto político encontrava-se conturbado e a crescente insatisfação da população com a administração monárquica levou à renúncia da rainha Isabel. O período de transição foi caótico e a instabilidade gerou revoltas esporádicas por diversas partes do país, desencadeadas por diversos segmentos políticos do período. Paralelamente, os intelectuais espanhóis acharam-se atraídos pelas doutrinas de Pierre-Joseph Proudhon², um influente filósofo político francês e contribuinte teórico do anarquismo.

De acordo com James Joll (1977, p. 268-269), a disseminação das convicções anarquistas não foi de maneira espontânea, um discípulo de Mikhail Bakunin, foi enviado para visitar Madri e Barcelona no ano de 1868 com o intuito de recrutar membros para a Primeira Internacional. Antes disso o que aconteciam eram reuniões de pequenos grupos que discutiam as ideias de filósofos franceses e as possibilidades de uma sociedade estruturar-se com base na colaboração mútua. Com o suporte desses mesmos grupos o discípulo Guiusepe Fanelli com a ajuda de alguns amigos, falou em conferência em Barcelona no ano de 1868 sobre os fundamentos libertários, tirando dali uma base para o movimento anarquista. Um dos destaques desse grupo inicial foi a atuação de Rafael Farga Pellicer, que foi o responsável por intermediar as ligações entre os intelectuais do círculo inicial com o *Centro Federal de las Sociedades Obreras de Barcelona*. Essa conexão possibilitou o surgimento de adeptos entre trabalhadores. Entretanto, durante muito tempo foram minoria dentro do movimento operário

² Os escritos de Proudhon foram traduzidos pelo federalista Francisco Pi y Margall, dirigente do Partido Federalista e ex-primeiro-ministro da Primeira República. Nesse período de inquietação as ideias de Estado federal e separatismo foram difundidas juntas as ideias de Revolução social, de maneira intencional os conceitos caminharam lado a lado na mente espanhola durante a germinação de ambos os movimentos.

de Barcelona, mas isso já nos mostra o caminho em direção a massa de trabalhadores se abrindo para os ideais anarquistas³.

O movimento anarquista, com a restauração da monarquia, passou a clandestinidade, o que não foi um empecilho para o movimento libertário, já que eles apreciavam o anonimato e a descentralização. Em seus princípios de organização, os libertários enfatizavam que a “emancipação dos trabalhadores deve ser trabalho dos próprios trabalhadores” (JOLL, 1977, p. 270). James Joll afirma que o fato mais apreciável dos dirigentes do anarquismo espanhol dessa época, foi o acolhimento que teve junto de uma certa camada da população, a camada mais marginalizada:

A camada mais oprimida e mais desesperada dos trabalhadores agrícolas sem-terra, e dos pequenos camponeses do sul. Foi esta combinação dos artesãos e dos operários das áreas industriais mais avançadas com as massas desesperadamente pobres, o melhor material para a revolução segundo Bakunin, que deu ao movimento anarquista a sua larga margem de apoio e a sua grande aceitação (JOLL, 1977, p. 271).

A aproximação entre os trabalhadores da cidade com os trabalhadores agrícolas junto as ideias anarquistas, se tornou o diferencial para sustentar e alimentar o movimento durante muitos anos. Cabe lembrar que historicamente as revoltas camponesas⁴ foram espontâneas e sem dirigentes, as regiões que mais tiveram manifestações dessas revoltas foram as de Castela, Aragão e Andaluzia, lugares em que as condições dos trabalhadores rurais eram lastimáveis e a vida rural se mantinha em uma situação arcaica e precária. O sofrimento no campo já era material suficiente para se construir um movimento revolucionário: as terras comuns tinham sido confiscadas e vendidas pelo governo, os senhores da terra não honravam os combinados com os camponeses e não reconheciam mais as suas obrigações com eles além de cobrar rendas pelas terras para manter seu estilo de vida em outro lugar.

³ Consolidando a base do movimento foi organizada a Secção Espanhola da Internacional, de qualquer forma, as possibilidades de um florescimento revolucionário foram severamente contida pela ação governamental que, em janeiro de 1872, proibiu oficialmente a Secção Espanhola da Internacional. No entanto, suas atividades continuaram a acontecer, congressos foram organizados até 1874. Quando a República caiu e os Bourbons foram restaurados no poder, as ações revolucionárias ficaram mais difíceis. Entre os anos de 1870 e 1871, os integrantes espanhóis deram-se conta dos constantes enfrentamentos entre marxistas e anarquistas algo que se devia a discordância entre seus fundadores, Marx e Bakunin. Em 1873, no congresso de Córdova se deu uma ruptura histórico ocorrida principalmente pelos desgastes dos intensos acirramentos que deixavam clara as rivalidades internas da Internacional. Assim, a Secção Espanhola Internacional se declarou formalmente por Bakunin, condenando Marx.

⁴ Muitos dos que aderiram ao movimento anarquista, em Barcelona, eram de origem andaluza, e James Joll explana que já existiam grupos no sul familiarizados com as doutrinas tanto de Charles Fourier e Étienne Cabet quanto de Proudhon. Em consequência, o primeiro centro anarquista no Sul foi em Cádiz. A população camponesa recebeu os fundamentos anarquistas como uma constatação daquilo que eles já observavam no seu convívio com o Estado, a Igreja e com os patrões: que eles tinham-se unido para os oprimir e os privar dos seus direitos naturais. A divulgação da doutrina anarquista acontecia pelos chamados “apóstolos itinerantes”, que percorriam as regiões da Espanha para ensinar e difundir os princípios libertários a artesãos, mestre-escola e estudantes, que foram os primeiros a ter contato e assimilar as ideias.

As mulheres e o movimento operário

Gloria Espigado Tocino (2002, p. 45) afirma que houve a incorporação das mulheres ao movimento operário espanhol desde 1868. Pelo momento propício no qual foi acolhido as liberdades políticas, a presença de mulheres nos sindicatos foi sentida. Assim, as evoluções políticas desses núcleos sindicais femininos descrevem um processo de adoção natural de trabalhadoras nas filas do republicanismo radical. Igualmente, as mulheres parecem ter participado com maior peso nas mobilizações contra a Guerra no Marrocos, sendo contra o alistamento obrigatório e protestando junto com os camponeses, elas também se juntaram à onda de greves que se alastrou na primavera da Espanha de 1873.

Com o desmoronamento da Primeira República tão precocemente 1873-1874, muitos federalistas desiludidos enxergaram no movimento anarquista uma possibilidade de militância, e depositaram nessa conversão sua força de ação. Na década de 1870, o movimento atuou em todo na clandestinidade, já na década de 1880, destacam-se maiores atividades envolvendo a participação dos anarquistas. Em todas as greves ou insurreições espontâneas eram sempre apoiados pelos libertários, tanto atos individuais de terrorismo, como o de vingança simbólica (JOLL, 1977, p. 275)⁵. Logo, sempre eram associados aos surtos de violência e as greves que ocorreram neste período⁶.

Segundo Tocino, a respeito da participação feminina em relação a organização operária, as mulheres continuaram militando e fazendo parte das etapas que integraram o movimento operário na Espanha,

Participaron activamente en la revitalización del mismo cuando en los años 1881 se constituyó la **Federación de Trabajadores de la Región Española** (FTRE), formando secciones e integrándose en la década siguiente en grupos anarquistas de significativos nombres: «Las Mártires del Trabajo», «Las Desheredadas», «Luisa Michel», «Las Convencidas». Es difícil, no obstante, evaluar cuantitativamente el progreso de esta sindicación, en un proceso que debió ser paralelo a la incorporación de la mano de obra femenina a la producción. Es claro, además, que las mujeres tardaron en alcanzar puestos directivos en los sindicatos, siendo representadas frecuentemente por los compañeros, tal como exponía Teresa Claramunt en 1891, participando, no obstante, en los conflictos laborales abiertos. (TOCINO, 2002, p. 48)

⁵ O categoria usado por James Joll é referente ao ataque de autoria do anarquista Paulino Pallás contra o General Arsenio Martinez Campos. Durante seu julgamento alegou que a ação era para se vingar da execução de outros quatro anarquistas em *Jerez de la Frontera* no ano anterior.

⁶ Em 1844, o governo criara uma nova força policial, a Guarda Civil, para suprimir o banditismo. Nos anos confusos e instáveis entre 1868 e 1874, a Guarda Civil cresceu de importância; e nos finais deste período era contra os anarquistas que ela especialmente atuava. Em 1896, houve a promulgação de uma lei repressiva direcionada aos libertários, o que produziu práticas de extrema brutalidade.

Na virada do século, uma das figuras femininas mais significativas do movimento anarquista foi Teresa Claramunt que ganhou destaque pela sua luta. Em 1891 ela tinha tentado, sem muito sucesso, impulsionar um sindicato feminino em Barcelona e em 1896 organizou na Cataluña uma *Sociedad Autónoma de Mujeres* em conjunto com Ángeles Lopez de Ayala e Amalia Domingo Soler (TOCINO, 2002, p. 50). Seu ativismo intenso a fez conhecer a repressão e exílio em mais de uma ocasião, se tornando assim um nome de destaque dentro da genealogia anarco-feminista, ao lado da americana Emma Goldman.

Talero (1979, p. 27) afirma que as mulheres espanholas vinham de um longo processo de lutas, participando ativamente de greves e ações diretas. Um exemplo importante para a história do movimento operário, sendo marcante a presença feminina, foi a Semana Trágica.

No verão de 1909 havia uma crescente crise política em Espanha. A revolução andava no ar, especialmente em Barcelona. Alejandro Lerroux um jovem dirigente dos republicanos radicais da esquerda, na Catalunha. Conduzia uma campanha de violenta agitação anticlerical, exortando os seus companheiros a queimar as igrejas e a saquear os conventos. Os anarquistas catalães contribuíam com a sua quota de bombas e assassinios, para o mal-estar geral. Então em julho após a derrota do exército espanhol em Marrocos, o governo decidiu convocar os reservistas na Catalunha para o serviço militar. Isto era demasiado para uma população já bastante farta de um governo impotente e repressivo, e para quem as consequências da guerra de Cuba estavam ainda bastante frescas na memória de todos. Barcelona revoltou-se e durante uma semana- a semana trágica – era como se tivesse rebentado uma revolução social espontânea (JOLL, 1977, p. 279)

Durante a Semana Trágica as mulheres pegaram em armas e estiveram ativamente nas construções das barricadas erguidas nas ruas de Barcelona, ocupando as fábricas e sendo violentamente reprimida. Por diferentes frentes populares, mulheres foram convocadas para apoiar o movimento dos trabalhadores contra a guerra do Marrocos. Grupos de jovens e mulheres passavam de fábrica em fábrica de loja em loja, impondo o fechamento daquelas que ainda não tinham sido fechados pelos seus próprios trabalhadores.

Anarquismo no século XX

Nos primeiros anos da década de 1900 várias ondas periódicas de insatisfações ocorreram e a agitação revolucionária das massa populares foi grande. Na Andaluzia, o sentimento revolucionário era palpável. O movimento ganhou muitos adeptos através da leitura que companheiros alfabetizados faziam de panfletos e jornais anarquistas aos demais que não sabiam ler. Assim, o acesso dos trabalhadores aos panfletos anarquistas possibilitou a difusão dos fundamentos gerais do anarquismo e também do conceito de greve geral por essa

região. A ideia de redistribuição de terras foi a responsável por trazer esperança e agitação as massas rurais, que evocaram várias greves gerais durante essa década.

Ao fim da primeira década de 1900, a efervescência revolucionária e o sentimento anticlerical desencadearam respostas a constante interferência da igreja nas questões sociais e políticas da primeira década do século. Em um país tão católico como a Espanha, as ordens religiosas interferiam em muitos aspectos da vida cotidiana que pouco tinham a ver com a espiritualidade.

A agitação revolucionária desencadeada durante a Semana Trágica teve como principal vítima do Estado o pedagogo Francisco Ferrer⁷, o tribunal sentenciou-o à morte, sem prova alguma constando o seu envolvimento. Sua morte repercutiu entre anarquistas do mundo todo, entre elas Juana Roco Buela (DIAS, 2003, p. 18) anarquista argentina que escreveu um livro de memórias registrando sua atuação em campanhas de agitação contra a morte de Ferrer. Importante notar que, toda e qualquer reação popular tinha imediato apoio dos anarquistas e por isso o Estado os enxergava como elementos responsáveis por toda a onda de insurreições. Toda a explosão de violência anarquista e das massas populares aconteceu em decorrência da expectativa e urgência pela revolução espanhola.

A ideia de sindicalismo revolucionário e libertário nos trabalhadores espanhóis já se tornara intrínseco. Segundo James Joll (1977, p. 282), em 1911, foi fundada a *Confederacion Nacional de Trabajo* (CNT), movimento sindicalista revolucionário único do gênero, com a força de sustentação, na união entre trabalhadores industriais e rurais. Assim, no Congresso de Fundação da CNT, Tocino (2002, p.54) expõe que foram direcionadas de forma modesta algumas linhas a respeito dos direitos das mulheres, apresentaram o debate sobre a necessidade da sua emancipação e denunciaram a subordinação injusta nas relações familiares.

A colaboração e atuação das mulheres em jornais, revistas, teatros sociais, comunidades, centros culturais, conferências e manifestações de rua ou simplesmente apoiando os companheiros, amigos e irmãos era intensa e numerosa, porém seus trabalhos foram postos no esquecimento ou publicados de forma deturpada. Por isso a dificuldade de

⁷ Francisco Ferrer foi muito importante para o Anarquismo Espanhol da década de 1900, foi defensor por uma educação laica com princípios racionais, com interesse na emancipação humana. Nutria um sentimento anticlerical por todo o domínio que a igreja possuía na educação na Espanha. Defendia uma escola aberta a todas as classes e a ambos os sexos, só pagando aquelas famílias que tinham condições. Ferrer dedicou a sua vida a planejar o que chamou de Escola Moderna. Seus ideias de educação permanecem como referência entre os anarquistas

colher dados das ações femininas nas lutas sindicais e no movimento anarquista espanhol anteriores ao movimento Anarcofeminista de *Mujeres Libres*.

A necessidade de meios alternativas para contrapor a educação oficial converteu as organizações operárias como o principal agente educador, dedicado a criar e debater instrumentos próprios de educação e cultura para seus militantes e a classe trabalhadora, assim, o objetivo consistia em ampliar a base cultural e estender a alfabetização a todos os sectores sociais, abarcando especialmente as mulheres que eram as responsáveis pelos maiores índices de analfabetismo. Dessa maneira, o anarcosindicalismo abraçou de forma prioritária a luta pela alfabetização e extensão cultural, como arma revolucionária.

La educación que pretendía infundir tenía como mira el desarrollo cultural de las mujeres, en cuanto que su participación activa era fundamental para la construcción de la nueva sociedad. En base a ello defendían su escolarización y sus derechos, así como mejorar su formación y elevar su nivel cultural. Además su educación era imprescindible para lograr la transformación de la sociedad pues, desde las tribunas anarquistas, se defendía el prototipo de mujer instruida, descartando la idea de que la ignorancia, la domesticidad y docilidad eran tributos femeninos loables. [...] Junto a las escuelas y centros culturales las publicaciones alternativas desplegaban otros esquemas formativos. Entre ellas destacaban los periódicos libertarios como Solidaridad Obrera, Tierra y Libertad, CNT, entre otros, y las revistas Tiempos Nuevos, La Revista Blanca (Barcelona), Natura (Barcelona), Estudios (Valencia) que presentaban otras perspectivas frente a los patrones existentes. Recurrieron igualmente a la literatura anarquista española escrita por significados teóricos, tales como las obras de Anselmo Lorenzo, Federico Urales, López Montenegro, entre otros. (PÉREZ, 2013, p. 218)

Ao longo de sua história, a CNT esteve em conflito interno pelas opiniões de sindicalistas que condenavam as ações terroristas em favor de uma atividade sindical organizada, e os que defendiam a ação revolucionária direta puramente anarquista. Em 1922 foi aprovado uma resolução no congresso da CNT muito confusa e equivocada, fruto da conjuntura de conflito de ideias⁸. Nessa resolução, a CNT consolidou-se como um organismo revolucionário que recusava qualquer ação parlamentar e colaboracionista com partidos políticos, porém, ao mesmo tempo, sendo um instrumento totalmente político, “dado que a sua missão é conquistar o direito que tem de rever e criticar todos os fatores revolucionários da vida nacional” (JOLL, 1977, p. 288).

Este breve esboço sobre o surgimento do movimento anarquista e anarcosindicalista, revelam a força e poder da organização e também os seus limites. Expandiram-se tanto entre sindicatos industriais quanto em sindicatos agrícolas, sendo capazes de manter greves e agitações por todo o país. Porém, todo este esforço não desencadeou a tão desejada revolução

⁸ Também tiveram posições divergente sobre a situação da Revolução Rússia (1918). Há princípio o entusiasmo foi geral, porém conforme foram recebendo notícias sobre sua real situação, a excitação enfraqueceu. No entanto a CNT teve resistência em deixar de participar da Terceira Internacional, se manteve mais alguns anos pelo caráter revolucionário que esperava desta se retirando finalmente em 1922. A ruptura final custou a CNT alguns bons militantes comunistas.

e isso afetou consideravelmente o espírito dos líderes sindicalistas que aguardavam o desfecho de suas teorias. Uma vez que o movimento se enfraqueceu pelas cisões internas a respeito dos meios e fins, a iniciativa e espontaneidade da CNT também esmoreceu. Em vista da necessidade do movimento ser renovado com energia revolucionária “pura” é criado, em um encontro clandestino, em 1927, em Valência, a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI). A partir daí a Federação se tornou a força motora do movimento anarquista espanhol, tendo a função de construir um núcleo de dedicados revolucionários que inspirariam e controlariam todo o movimento anarco-sindicalista. Nos anos do regime de Miguel Primo de Rivera⁹, as ações e agitações se tornaram difíceis, mas a CNT ainda mantinha o prestígio de verdadeira organização revolucionária, já que não tinha cedido para compromissos com o regime, diferente de alguns movimentos como a UGT e o Partido Socialista. Porém, o preço pago pela organização foi o da perseguição.

Ação direta e a Segunda República

Com a restauração da Segunda República, um sentimento semelhante ao de 1868 surgiu: a possibilidade da revolução. Logo, os anarquistas tiveram que debater internamente qual seria o seu papel em relação a nova república e aos demais partidos revolucionários da classe operária. Mais uma vez, as tensões e contradições se apresentavam entre aqueles que acreditavam que se podia obter, a curto prazo, alguma coisa com a República e a sua associação a eles, e os que repudiavam qualquer espécie de colaboracionismo.

A restauração da Segunda República ocorreu com mínimos casos de violência, pois o sistema monárquico se desmantelou pela sua própria inviabilidade de se manter. O maior desafio para a República foi travar diálogos reformistas sobre questões como: a reforma agrária, o poder da Igreja e do Exército, e das restituições regionais. Toda e qualquer mudança era encarada pelos conservadores como uma grande ofensa e um irremediável ataque a tradição. As forças tradicionais tinham em mente uma convicta recusa em admitir a derrota. Junto a isso somava-se as expectativas das massas desprivilegiadas que desesperadamente confiavam que a República significaria mudanças na condição de vida e de trabalho.

⁹ Em 1924, o militar Miguel Primo de Rivera, assumiu como ditador da Espanha, recebendo a aprovação do monarca Afonso XIII. A sua administração foi marcada por um caráter patriarcal e com grandes projetos para a modernização da Espanha, que dependiam de enormes gastos nacionais. Miguel Primo de Rivera se empenhou em acabar com as “guerras industriais” na Catalunha, e acreditava, que para ter êxito, era necessário o envolvimento das organizações de trabalhadores e de expandir o seu controle as entidades patronais, ideia que não foi bem recebida pelos patrões catalães, que odiavam o controle exercido pelo novo governo.

Durante o Biênio Reformista (1931-1933) ficou nítido que a República era incapaz de gerenciar a crise política e econômica. Consequentemente a linha oficial da CNT foi de boicotar a República, se abster de votar nas eleições e implantar a revolução social. Entendemos que as expectativas dos anarco-sindicalistas para implantar a revolução os levaram para constantes tentativas em várias regiões do país. Pois eles entendiam que essa era a sua missão: desencadear a revolução geral na Espanha¹⁰. Durante a administração de direita, que ficou conhecida como Biênio Negro (1933-1935), todas as reformas da administração do Biênio Reformista foram desfeitas. O estatuto da Catalunha foi abolido, uma nova lei agrária que tratava com complacência os proprietários rurais foi implementada, a substituição do ensino religioso pelo secular foi definitivamente postergada e os salários do clero, anteriormente eliminados, foram restabelecidos. Todas as medidas do Biênio Negro geraram respostas imediatas e com certo grau de violência pelas forças de oposição.

A revogação das leis de trabalho aumentou o desemprego. Os salários foram diminuídos ou, em alguns casos, reduzidos à metade. Aqueles que protestavam eram abatidos, acusados de subversão. Não existia proteção ao trabalho nem à habitação e muitos dos que tinham votado pelo centro ou pela esquerda contra os conselhos dos seus patrões encontraram-se sem casa e sem trabalho. Na Andaluzia os guardas civis arrancaram os pedaços de terra que tinham sido comprados por camponeses sem terra sob as medidas da reforma agrária. [...] Os camponeses que apanhavam espigas de milho para comer eram presos como criminosos; grupos de famintos eram exterminados; e as casas de *pueblo* ou *ateneos* libertários eram destruídos pela guarda civil ou atacados por assassinos contratados pelos proprietários. Apenas o apoio da C. E. D. A. mantinha o Partido Radical no governo, e os seus membros permanecerem no poder mais parecia ser um fim em si mesmo (BEEVOR, 1989, p. 44).

Com a mudança de força no gabinete, muito da legislação foi destruído e todas as medidas foram revogadas, formulando um cenário de ataques aos trabalhadores e um crescente apreensão de uma ascensão do fascismo na Espanha.

O resultado das eleições desesperou a direita da Frente Nacional que não sujeitava-se diante da perda do poder. A saída mais extrema seria um levante militar, o qual possuía como principais conspiradores Emilio Mola Vidal, José Sanjurjo Sacanell, Francisco Franco Bahamonde, todos generais e o advogado José María Gil-Robles. O chefe de Estado-Maior,

¹⁰ Um dos mais marcantes incidentes se deu em Janeiro de 1933, quando eclodiu inúmeros levantes em escala menor, seguindo a ideia de revoltas súbitas, para se declarar o “comunismo libertário” em diversas localidades da Catalunha e da Andaluzia. Em Casas Viejas, na província de Cádiz, no momento de render a Guarda de Assalto (tropa especial criada para proteger a República, pois o governo não confiava na “Guarda Civil” tradicional, eles se recusaram e esperaram reforços, o grupo de assalto chegou e cercou os anarquistas que se renderam pacificamente, porém uma família que resistia a se render teve a casa incendiada pelos assaltos, no qual apenas a filha conseguiu escapar, porém todo o restante da família morreu queimada. E o assalto decidiu matar todos aqueles que anteriormente tinham-se rendido. A tragédia provocou uma tal tempestade política que acabou por se tornar na causa mais importante da queda do governo que aconteceria dali a seis meses.

General Franco, aconselhou precaução, insistindo que não podia assegurar o apoio da Guarda Civil. Assim, o fatídico levante militar foi adiado para 18 de Julho de 1936.

Os conspiradores planejaram um golpe de estado a partir de revoltas nas guarnições do território espanhol de Marrocos e que depois chegaria ao continente se espalhando por toda à Espanha. Concordamos com Antony Beevor (1989, p. 65) que o êxito da ação dependia mais do efeito psicológico do que da velocidade e da crueldade do combatente, em outras palavras, era imprescindível que a República esmagasse a revolta durante as primeiras 48 horas, feito em que o governo foi desastroso, por reagir tardiamente.

Anarquismo e a sindicalização feminina

Apesar da presença de mulheres nos sindicatos de trabalhadores, não havia uma aglomeração orgânica e independente marcada pela presença feminina dentro da CNT. A sua presença e protagonismo foi sentida, como ressalta Antony Beevor, sendo um notável fenômeno da guerra civil, com um crescimento do movimento de mulheres após as eleições de 1936 (BEEVOR, 1989, p. 117), que não nasceu nem de literaturas nem de teorias vindas do estrangeiro, com exceção de algumas traduções de textos de Emma Goldman, mas provavelmente das reflexões e de produção das próprias mulheres espanholas sobre a sua condições e principalmente das ponderações das mulheres trabalhadoras anarquistas que identificaram as opressões que lhes eram deferidas nos meios públicos e privados; lugares que transitavam, ambiente de trabalho, sindicatos e lares.

A história da organização CNT é marcada pela colaboração feminina, como na Semana Trágica e por nomes como Teresa Claramunt, Guillermina Rojas, Soledad Gustavo e Federica Montseny¹¹. Porém as possibilidades para o anarcofeminismo surgiram no contexto da Segunda República, que cresceu junto a Guerra civil espanhola, e se fortaleceu em meio a Revolução Espanhola. Avalia-se que tal fenômeno aconteceu pela intensificação da presença feminina no mercado de trabalho e com a conquista do voto para as mulheres, se destacando uma nova dinâmica política e cultural, e com a restauração da Segunda República se abriu novas possibilidades para a participação das mulheres na luta social.

Partindo desse conjunto de elementos, se tornou favorável a reunião de mulheres e assim, em 1934, se fundou em Barcelona o Grupo Cultural Feminino, núcleo pioneiro de articulação feminina dentro da CNT. A discussão sobre a condição feminina, nos meios de

¹¹ Federica Montseny foi uma importante figura para o Anarquismo espanhol e para a Revolução espanhola. Foi ministra da *Sanidad y Asistencia Social* do governo da Segunda república espanhola, cargo que aceitou apesar de sua declarado posicionamento antigovernamentalismo. Assim sendo, primeira mulher ministra da Espanha.

produção e nos espaços privados, é anterior a tudo isso, porém ela se intensifica com práticas e ações de mudanças ganhando força próximo a 1935. Esse marco propicia um rico material a respeito das ações do movimento de mulheres anarquistas.

O movimento anarquista espanhol possuía no seu discurso a busca pela completa e plena liberdade humana. Para os anarquistas, o Estado e o sistema de produção capitalista deveriam ser abolidos, pois estes baseavam-se em relações autoritárias e de exploração. Para superar toda relação de dominação era preciso uma transformação das relações sociais e pessoais. Dessa forma, idealizavam uma sociedade com bases no coletivismo, na autogestão e na espontaneidade. Granel (GRANEL, 2006, p.43) defendia que “os fundamentos anarquistas proclamavam homens e mulheres como iguais, porém, na prática, deixavam a situação específicas da dominação e opressão sofridas pelas mulheres sempre para um segundo plano”.

Não havia contraste entre a vida das mulheres que partilhavam os espaços libertários das demais dentro da sociedade espanhola. Filhas, irmãs, mães, esposas dos operários anarquistas ainda permaneciam restritas ao ambiente privado. Eram submetidas como as demais as mesmas estruturas de exploração e papéis de gênero. Primeiro pertenciam ao ambiente do pai, depois ao lar do marido, e aquelas que precisavam sair ao espaço público por necessidades financeiras eram submetidas ao espaço do patrão. Portanto, estavam dominadas e circunscritas a espaços e lugares que não lhes pertenciam e que eram de domínio masculino.

No ambiente familiar as tarefas domésticas recaíam como função feminina, a elas cabia colaborar com a manutenção do lar e prover todos os cuidados aos membros homens da família. Entre irmãos e irmãs a educação e as liberdades também se diferenciavam. Quando almejavam sair da casa paternal, essas mulheres só podiam recorrer ao casamento como caminho, pois a sobrevivência sozinha com os salários baixos que as trabalhadoras recebiam era impossível de mantê-las. E assim através do casamento reproduziam a mesma relação que encontravam na casa dos pais. As anarquistas entendiam que faltava as mulheres espanholas escolaridade e formação técnica ou especializada que pudessem garantir melhores salários, e logo a garantia da independência econômica. O valor da mão de obra feminina era baixíssimo e com excessivas horas de trabalho. Porém, dentro dos sindicatos, as pautas femininas eram marginalizadas, continuavam sendo vistas como complementar e a deixando em segundo lugar, muitas vezes as culpando pelas baixas dos salários. Assim apesar da postura oficial da CNT ser igualitária a sua prática era patriarcal e pobre de ações que favorecessem as organizações de mulheres trabalhadoras dentro do sindicato, pois ao centro se mantinha a urgência da luta anticapitalista revolucionária.

O discurso anarquista e anarco-sindicalista era de inclusão e igualdade entre os sexos, porém as especificidades da exploração e dominação que eram sofridas pelas mulheres dentro de uma sociedade conservadora, patriarcal e extremamente religiosa como a sociedade espanhola, precisava mais do que força de vontade e discursos carregados para possibilitar a desvinculação do patriarcado dos seus espaços comuns. Afirmado por Beatriz Preciado o patriarcado é definido como.

Las feministas definen una forma específica de opresión a la que llaman “sexismo”, denominan “patriarcado” al sistema de parentesco y transmisión de poder que lo legitima y dibujan las estrategias de una lucha por la emancipación de las mujeres en el espacio público: superación de los roles tradicionales de madre y esposa dentro de las instituciones familiares y domésticas, acceso a la contracepción y al aborto, independencia económica e intervención en el ámbito de las decisiones políticas (PRECIADO, 2009, p. 143).

Como pontua a historiadora Helena Granel em sua pesquisa sobre a emancipação feminina e revolução social, os esforços práticos precisavam ser mais eficientes e constantes,

Ya hemos señalado que en el movimiento anarcosindicalista español que se desarrolla a partir da creación de la CNT en 1910, se dieron grandes contradicciones pues a pesar de su igualitarismo teórico, podemos decir que la práctica sindical fue fuertemente patriarcal. Se consideró que las mujeres simplemente tenían que incorporarse a la lucha libertaria sin tener en cuenta las dificultades que las mujeres anarquistas experimentaban en los medios obreros a causa de las actitudes sexistas de sus compañeros que contribuían a su marginación en los sindicatos y ateneos (GRANEL, 2006, p. 45).

Mujeres Libres e o anarcofeminismo

Teria de passar pouco mais de sessenta anos da fundação das primeiras bases do movimento anarquista na Espanha, para o surgimento do primeiro grupo voltado especificamente para as pautas de desenvolvimento femininas de orientação anarquista, a organização *Mujeres Libres*. A organização vinha sendo germinada desde o final de 1935 por suas três fundadoras anarquistas: Lucía Sanchez Saornil, poetisa e escritora; Mercedes Comaposada, advogada e pedagoga e Amparo Poch y Gascón, médica e escritora. Em abril de 1936, o grupo lançou uma revista de mesmo nome, dedicada a cultura, documentação social e também para divulgação das ações da organização e com o interesse de ganhar adesão entre as trabalhadoras para as ideias libertárias.

Em geral, à imprensa e as revistas foram os principais meios de comunicação e de divulgação das ideias anarquistas, instrumentos muito difundidos nos sindicatos. As fundadoras da organização *Mujeres Libres* já contribuían em outras revistas teóricas anarquistas e na imprensa anarcosindicalista fomentando debates sobre o lugar da mulher. As três colaboravam em revistas teóricas anarquistas, como “*La Revista Blanca*” e “*Tiempos*

Nuevos". E em imprensas anarcosindicalistas, como "*Umbral*", "*Solidaridad Obrera*", "*El Libertario*", "*CNT*", "*Ruta*", e "*Tierra y Libertad*".

As *Mujeres Libres* identificaram as contradições dentro do movimento libertário e chamaram para si a responsabilidade de buscarem a emancipação própria e de suas irmãs. Entendiam que a emancipação dos trabalhadores deve ser trabalho dos próprios trabalhadores, logo entendiam que cabe as mulheres buscarem a sua emancipação, já que o patriarcado, assim como, o capitalismo, não abririam mão nem dos espaços e nem de seus privilégios. O que ficou provado, já que a organização *Mujeres Libres* foi recebida pelas outras organizações anarquistas com estranhamento e hostilidade.

A revista *Mujeres Libres* teve um singelo apoio financeiro e material da CNT, porém, toda a parte de edição e escrita era feita exclusivamente por mulheres. E esse sempre foi o intuito das fundadoras, um material independente e completamente gerido por mulheres com autonomia das outras organizações libertárias.

Houve resistência por parte dos grupos anarquistas CNT, FAI e *Federación Ibérica de Juventudes Libertarias* (FIJL), em relação a criação da organização *Mujeres Libres*. Não reconheciam a organização como uma igual e as criticavam de forma sexista, culpando-as por estar criando um espaço específico ao sexo feminino e que tal atitude geraria desunião, rivalidade e disputas no movimento libertário, já que a separação não era necessária, pois homens e mulheres eram iguais e tinham que lutar juntos pelo interesse da classe operária. Claro que esse sentimento reflete a estrutura de dominação patriarcal perpassava por todos os espaços das relações sociais tanto dentro dos movimentos anarquistas quanto dentro da casa dos trabalhadores. O patriarcado ainda se mantinha inflexível e exercendo a dominação e submissão das mulheres até nos meios revolucionários.

Las aspiraciones de *Mujeres Libres* quedaron por lo general truncadas por la falta de cooperación y por el desinterés de las demás organizaciones *Libertarias*. Nunca llegó a superar la animosidad, o el paternalismo, que caracterizaron la actitud de la mayoría de los militantes. *Mujeres Libres* consideraba que los constantes roces y fricciones que tenía su organización y la CNT, la FAI, y las FIJL se debían, entre otras causas, a la perduración de los prejuicios machistas y a la aversión a dejar en manos de mujeres tareas incorrectamente consideradas como del dominio exclusivo del hombre (NASH, 1975, p. 20).

As contradições afloraram de forma mais perceptível diante dos atritos e resistência que os demais grupos anarquistas tiveram a criação das *Mujeres Libres*. As suas fundadoras tinham plena ciência que a cada enfrentamento e atrito, mais necessária se tornava a sua luta e o fortalecimento da organização. Para as demais mulheres anarquistas que a princípio também não viam necessidade na organização feminina, logo ficou nítido que o a misoginia era presente no convívio com os companheiros homens, que debochavam quando mulheres

pediam para falar em assembleias ou em conferências que tinham mulheres como conferencistas principais.

Em setembro de 1936, o Grupo Cultural Feminino, criado em 1934, em Barcelona se uniu ao grupo de *Mujeres Libres* de Madri. Nos próximos três anos a organização se estenderá pela zona republicana do país reunindo 147 agrupações de *Mujeres Libres* com o total de 20.000 filiadas (NASH, 1975, p. 14). Após cada conferência, era formado entre as ouvintes uma federação local das *Mujeres Libres* na qual elegiam uma delegada para participar na Federação Nacional (BIAJOLI, 2007, p.72).

As três fundadoras eram intelectuais e duas delas já possuíam formação superior, sendo todas integrantes do movimento anarcosindicalista. Sendo assim, observavam que os sindicatos não eram espaços apropriados para as questões das mulheres e assim a organização teve um papel pioneiro em identificar as reais condições em que as mulheres desempenhariam na luta social. Concordamos com os apontamentos de Mary Nash a respeito das frentes de luta que o movimento de mulheres enfrentaria; essa seria uma *dobles lucha*

En primer lugar, la mujer, al igual que el hombre, como miembro de una sociedad, tenía que desarrollar una lucha social para derrocar el sistema social y económico vigente y establecer una sociedad en la que no hubiera explotación de la clase obrera, a saber, una sociedad en régimen de Comunismo Libertario. Además la mujer, a diferencia del hombre, debía a la vez luchar para acabar con su propia explotación como mujer: es decir, la segunda vertiente de la doble lucha de la mujer sería la lucha por su propia liberación como persona (NASH, 1975, p. 25).

Mary Nash (1975, p. 75) ainda enfatiza que “o elemento mais original das *Mujeres Libres* era o seu *Feminismo Proletário*”, já que elas partiam dessa dupla percepção; uma consciência social e política que se identificava com a classe trabalhadora e uma que se identificava com o pensamento feminista, e que exigia a libertação da mulher de sua condição de dominação. Por não compactuar com o Feminismo Liberal que visualizava apenas a superação da dominação patriarcal, lutavam pelo sufrágio, pela integração da mulher ao espaço público, ao Estado e ao poder, e não negava a dominação e exploração econômica, que são típicas da sociedade capitalista. *Mujeres Libres* não se identificavam, portanto, com o termo feminismo, pois o consideravam burguês e elas se prontificavam a uma luta de emancipação de classe e gênero.

Emancipação econômica, cultural, política e sexual

Os libertários acreditavam que a educação era o caminho para a emancipação humana, e que através de uma educação libertadora e racional, seria possível a libertação dos trabalhadores espanhóis da sujeição e exploração do Estado, da Igreja e dos patrões. Nunca

fugiram da pauta anarquista em conceber uma educação libertária, Ferrer tinha o projeto de Escola Moderna que contemplava os anseios anarquistas sobre educação, ambos criticavam a ampla dominação da Igreja sobre a educação espanhola. O analfabetismo era descomunal na população espanhola e mais ainda entre as mulheres, diante desse modelo pedagógico católico. Em uma discussão sobre a inserção da mulher na literatura e na cultura, Maria Biajoli faz a seguinte reflexão:

Educação, estudos e formação de uma tradição literária seriam os primeiros passos para as mulheres desenvolverem suas habilidades e imaginação. Mas elas precisariam também de tranqüilidade, uma sala para escrever na qual não fossem interrompidas, e também que não precisassem esconder correndo seus manuscritos com vergonha do que a sociedade diria delas se descobrisse que escreviam. E, claro, as quinhentas libras mensais para tornarem-se independentes dos homens. [...] Um teto todo seu, ou um espaço próprio para serem livres foi uma das bases da criação do *Mujeres Libres* na Espanha, em 1936 (BIAJOLI, 2007, p. 75).

Muitas espanholas nunca foram a escola e poucas eram as que tinham uma base escolar, já que muitas delas trocavam a escola por qualquer trabalho remunerado, com a intenção de ajudar a complementar a renda familiar. Sendo assim, a principal atividade desenvolvida pela organização *Mujeres Libres* foi a preparação e educação prévia das suas filiadas. Já que se tornou imprescindível a organização se adaptar para corrigir a falha educacional e atender a demanda das mulheres trabalhadoras que careciam de preparação política e cultural e que procuravam em *Mujeres Libres* esse suporte. A cada fundação das *Mujeres Libres* logo se seguia a criação de uma escola, pois a procura para os saberes básicos, como a alfabetização, era grande.

Ao pensar na situação das mulheres espanholas trabalhadoras, a organização *Mujeres Libres* considerava que ao muni-las com uma formação cultural substancial as beneficiariam para criarem uma opinião própria sobre suas vidas e ações, guiando-as para uma independência intelectual. Mas, para se alcançar a emancipação plena, também se fazia necessário que as mulheres não se limitassem aos trabalhos domésticos e que fossem ao espaço público para serem inseridas na produção para terem meios de alcançar a sua independência econômica em relação ao homem. Pela ocasião da guerra civil, os homens foram chamados dos seus postos de trabalho para irem lutar no conflito, abrindo-se mais espaços para as mulheres na produção. De modo que as *Mujeres Libres* advertiam para que as trabalhadoras não abrissem mão do espaço em que eram chamadas para ocupar, para não admitirem serem dispensadas após o fim do conflito. E também defendiam a ida das mulheres para a luta armada.

Um importante debate feito pela organização era a necessidade da educação sexual, discussão germinada desde o início do século XX, que teve uma grande campanha de

conscientização sexual para as mulheres. Acreditavam que a ignorância feminina a respeito do seu corpo era causada pela sociedade moralista que permitia conhecimentos diferentes a homens e mulheres, assim, elas se tornavam reféns de uma gravidez precoce, bem como ignoravam a existência do próprio prazer. A educação sexual colaboraria com a maternidade consciente, já que *Mujeres Libres* caminhavam em direção a desvinculação da maternidade como essência natural do feminino, um destino certo e obrigatório. Com o intuito de permitir-lhes escolher quando serem mães. Mary Nash problematiza como era percebido a maternidade naquele período:

Predominaba en muchas ocasiones la idea de que la función de la mujer en la sociedad estaba determinada por su biología, es decir, que su función era la reproducción de la especie, que su papel fundamental era la maternidad. Dado que la mujer se realizaba a través de la maternidad, su vida tenía que desarrollarse en el hogar. Se daba con frecuencia el criterio de que la mujer no debía incorporarse activamente a la vida política, económica y social del país. (NASH, 1975, p. 10)

As mulheres, na concepção da época, acreditavam possuir uma essência materna, apesar de advogar pela maternidade consciente e defenderem maneiras de controle da natalidade como o anticoncepcional e o aborto. Os anarquistas ainda em sua maioria mantinham essa visão essencialista sobre a questão da maternidade e as funções maternas. Lucia Sanchez Soarnil era umas das que afirmava veementemente que a maternidade não deveria definir as mulheres e anula-las como sujeitos individuais.

Porém, observamos que pouco se apresentou a figura do pai, quando a questão era a criação e a educação dos filhos, as responsabilidades do lar e a educação ainda ficavam sob a responsabilidade da mãe. Coexistiam várias teorias a respeito da função da mulher anarquista, alguns defendiam as ideias de Proudhon de que a função social delas na revolução era a da reprodução; muitos também discutiam que a educação dos filhos cabia aos pais, porém, na prática, as mães eram as encarregadas. Se tomarmos a cultura conservadora espanhola e profundamente religiosa, não se torna difícil entender por qual motivos essas ideias se fortaleceram e se mantiveram, apesar de todos os avanços libertários. (GRANEL, p. 229)

Considerações Finais

Tanto a restauração da Segunda República quanto a Revolução espanhola, contribuíram para a emancipação feminina experimentada durante a segunda metade da década de 1930. A sua inserção ao mercado de trabalho e a conquista do voto para as mulheres, fixaram novas dinâmicas políticas e culturais, assim trazendo maiores possibilidades para a participação das mulheres na luta social. O movimento libertário

espanhol, que na sua história é marcado pela presença e colaboração feminina e discursivamente um defensor da emancipação feminina, levou algumas décadas para efetivar uma agrupação independente e exclusivamente feminina, tendo em 1936 o surgimento de *Mujeres Libres* que contavam com três ativas militantes como fundadoras, guiando a agrupação nas bases anarquistas pela emancipação das mulheres trabalhadoras em várias frentes de luta; sexual, cultural, política e econômica.

O anarquismo na Espanha se enraíza de forma favorável para o alcance das massas populares, guiando-as para a derrubada do estado que os explorava. O acúmulo das experiências anteriores na trajetória do movimento anarquista e as diversas transformações que isso proporcionou para o movimento, colaborou para a força ainda não totalmente explicada que o anarquismo alcançou na Espanha.

Na revolução social, as mulheres anarquistas procuraram estar de igual para igual com os homens na luta armada, pegando em armas e indo ao frente, e não só na retaguarda, lugar sempre destinados as mulheres em caso de conflitos. Elas se apropriaram e ocuparam os espaços de mudanças e de experimentos e confrontaram as relações de dominação dos sexos. Sempre denunciavam as manobras patriarcais sejam elas vindas por outros libertários ou por grupos de outra vertente ideológica, eram mulheres e anarquistas e o seu discurso se manteve afinado com os ideais libertários, de classe e de gênero.

Mujeres Libres sofreram pressão para recuar dos espaços que ocuparam junto a Revolução quando sua presença na luta armada foi pontualmente negada, tendo os dirigentes cedido às pressões das organizações conservadoras que pediam para a realocação das mulheres em funções administrativas e auxiliares. Assim, constatamos que junto com a luta pela emancipação feminina, a luta pela revolução também foi corroída conforme o retrocesso foi sendo desferido entre as relações políticas dentro do território republicano, e a guerra civil contra o franquismo foi sendo perdida, restando aos empenhados na luta social e de gênero apenas assistir a vitória do patriarcado, do capitalismo e do fascismo. As *Mujeres Libres* que estiveram no exílio retomaram suas atividades com publicações a fim de conservar sua participação no conflito e na história, lutando contra o esquecimento de suas experiências como mulheres e como anarquistas.

Bibliografia

BEEVOR, Antony. *A Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Livros do Brasil, 1989.

BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Narrar utopias vividas*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

DIAS, Mabel. *Mulheres Anarquistas, o resgate de uma história pouco contada*. João Pessoa: Imprensa Marginal, 2003.

ESENWEIN, George. Sindicalismo de massa e Anarquismo na Espanha do século XX. *O Olho da História. Revista de História Contemporânea*, Salvador - Bahia, 1996, v. 2, n. 2, p.59 – 76.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. “*Voluntários da Liberdade*”: *Militares Brasileiros nas Forças Armadas*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

GRAHAM, Helen. *Guerra civil espanhola*. São Paulo: Editora L&PM. 2013.

GRANEL, Helena Andrés. “Discursos Y Experiencias Femeninas En El Anarquismo Español”. *Argensola, Revista de ciencias sociales del instituto de estudios Altoaragoneses*, Universidade de Zaragoza, Espanha, 2006, n. 116, p. 227-262.

_____. “Mujeres Libres, Emancipación Feminina y Revolución social”. *Germinal: revista de estudios libertarios*, Espanha, 2006, n. 2, p. 43-57.

JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

NASH, Mary. *Mujeres Libres*, España 1936-1939. Barcelona: Tusquets, 1975.

PÉREZ. Teresa González. “Educação y Transformación Social: El Proyecto Educativo para las Mujeres en el Imaginario Anarquista”. *História da Educação*, Porto Alegre v. 17 n. 39 Jan./abr. 2013 p. 213-230.

PRECIADO, Beatriz. “Terror anal”. In: *HOCQUENGHEM, Guy. El deseo homosexual*. España: Melusina, 2009.

RAGO, Margareth. “*Mujeres Libres: Anarco-Feminismo e Subjetividade na Revolução Espanhola*”. *Verve (PUCSP)*, São Paulo, v. 07, 2005, p. 132-152.

SALVADÓ, Francisco. J. Romero. *A Guerra civil espanhola*. Tradução Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 2008.

TALERO, Alberto. “Las "petroleras" de 1909, Papel de la mujer en la Semana Trágica”. *Cuadernos de Historia 16*, Barcelona, 1979, n 39, p. 95-102

TOCINO, Gloria Espigado. “Las mujeres en el anarquismo español (1869-1939)”. *Ayer Asociación de Historia Contemporánea*, Universidad de Cádiz. 2002, n 45, p. 39-72.

Recebido em: 14/09/2017

Aprovado em: 20/10/2017